

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM LICENCIATURAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Vitória Gabriela Oliveira Melo, graduanda em Pedagogia

Luana Rangel Bouza, graduanda em Pedagogia

Karina Klinke, Departamento de Ciências da Educação

RESUMO

A gestão democrática do ensino público é um princípio da Constituição Federal de 1988, formalizada na legislação educacional, princípio da formação de professores para atuação em Educação Básica e objeto de estudos científicos. A pesquisa realizada buscou, como objetivo geral, conhecer, no âmbito das licenciaturas da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), as possibilidades de aprendizagem para a práxis da gestão democrática. Teve como pergunta norteadora: quais *condições sociais de possibilidade* à práxis de gestão democrática permeiam os cursos de formação inicial de professores? Como objetivos específicos, procurou identificar a concepção de gestão democrática que perpassa a formação inicial e debater as possibilidades de participação de estagiários e comunidades escolares de Educação Básica. Foi uma pesquisa documental que utilizou como corpus os Projetos Pedagógicos de Curso de licenciatura presencial e à distância, e Relatórios de Estágio Supervisionado em Gestão Educacional do Curso de Pedagogia. Fundamentada na epistemologia sociológica de Pierre Bourdieu, analisa o *habitus* acadêmico e as relações de poder empreendidas no campo do ensino superior em intersecção com a educação formal básica. Como resultado foi reconhecido que o curso de Pedagogia, ao proporcionar também uma formação específica para atuação como especialista em educação, tem potencial para a construção da concepção de gestão democrática na *práxis*, por possibilitar a inter-relação de estudos teóricos com Estágios Supervisionados, e por oferecer: formação de liderança, orientação educacional, supervisão e a construção de um ambiente propício à coparticipação. As outras 13 licenciaturas da UFSJ propiciam a formação em gestão democrática, explicitamente, por meio da unidade curricular Gestão e Cotidiano Escolar, embora algumas abordem a gestão participativa em outras unidades curriculares focadas no ensino, além de indicarem

possibilidades que podem ser criadas em práticas de ensino e em Estágio Supervisionado. Os discentes em Estágio empreendem esforços para cultivar uma práxis participativa nas escolas de Educação Básica, mas encontram muitos desafios para com a implementação de uma gestão democrática nos sistemas públicos de ensino. Concluímos que os cursos de licenciatura da UFSJ abarcam uma concepção de gestão democrática condizente à legislação em vigor e às atribuições dos cargos públicos que os egressos podem pleitear em concursos e processos seletivos para profissionais do magistério nos sistemas públicos de ensino. É a inexperiência democrática da sociedade brasileira, reconhecida em relações de poder, que anteparam sua efetivação na Educação Básica. A relevância da pesquisa é apresentar um panorama sobre a formação inicial de professores que possa contribuir para com a constante atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso de licenciatura da UFSJ, na perspectiva da Meta 19 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que visa a efetivação da gestão democrática na educação pública.

INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização no Brasil trouxe para a pauta educacional o conceito de gestão democrática, com a perspectiva de uma administração pública com a participação de todos os sujeitos envolvidos com a educação formal: profissionais da educação, funcionários da escola, discentes, familiares e responsáveis legais por alunos de menor idade. Ela se materializa na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (1996) como um dos princípios do ensino público. Essas leis atribuem a cada sistema público de ensino a responsabilidade sobre o delineamento da gestão democrática.

No estado de Minas Gerais, como demonstra o artigo “Democracia deliberativa na gestão escolar da rede estadual de ensino de Minas Gerais-Brasil” de Eldaronice Alvarenga, Eduardo da Silva e Rosimar Oliveira [1], a proposta de “Gestão Escolar Democrática” é garantida desde a Constituição do Estado de 1989, que estabeleceu o “critério de seleção de diretor escolar e o incentivo à participação da comunidade no processo educacional, através do voto” (p. 7). A partir de então, Minas Gerais passou a formular políticas públicas educacionais que propiciassem autonomia administrativa,

financeira e pedagógica às escolas de sua rede de ensino. Os municípios também passaram a se organizar a partir desta proposição.

Com a perspectiva de formação de professores para atuação na Educação Básica, os cursos de licenciatura da UFSJ, em atendimento às mudanças empreendidas na legislação sobre educação, atualizam periodicamente os Projetos Pedagógicos de Curso. É neles que se pôde identificar a implementação do conceito de gestão democrática.

Segundo o artigo “Gestão escolar: um olhar sobre a formação inicial dos diretores das escolas públicas brasileiras”, de Ana Cristina Oliveira, Cynthia de Carvalho e Murillo de Brito [2], a importância de oferecer formação inicial a futuros professores e especialistas em educação (pedagogos) para atuação no setor público é

[...] garantir insumos para uma compreensão mais ampla e crítica das políticas educacionais, particularmente na perspectiva de que, por sua função, serão mediadores necessários de processos de implementação com possibilidades de favorecer a qualidade e a equidade da educação pública” (p. 491).

Com a referida perspectiva de formação de professores, a pergunta norteadora desta pesquisa foi: quais *condições sociais de possibilidade* à práxis de gestão democrática permeiam os cursos de formação inicial de professores na UFSJ?

Embasada nos estudos publicados sobre a gestão educacional, a presente pesquisa teve por objetivo geral conhecer as possibilidades de aprendizagem para a práxis de gestão democrática e, como objetivos específicos: identificar a concepção de gestão democrática que perpassa a formação inicial, e debater as possibilidades de participação de estagiários e comunidades escolares de São João Del-Rei e cidades circunvizinhas na gestão educacional.

No livro “O poder Simbólico” [3], Pierre Bourdieu considera como *condições sociais de possibilidade*, os sujeitos serem tentados a investir naquilo em que podem e da forma como podem, conforme o lugar que ocupam no campo. E, dependendo deste lugar, muitas vezes ele não tem escolhas possíveis. Tais condições delineiam o *habitus* acadêmico e as relações de poder no campo. Fundamentada nesta epistemologia, a pesquisa buscou entender, quais as escolhas possíveis de concepção e de práxis gestora que os sujeitos (estagiários e professores supervisores de campo) são confiados a investir, dependendo do lugar que ocupam em o campo educacional.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de natureza básica que, conforme Cleber Prodanov e Ernani de Freitas concebem no livro *Metodologia do Trabalho Científico* [4], objetivou “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista” (p. 51). Abordou o problema de forma qualitativa, pois a interpretação dos documentos e a atribuição de significados não requereu o uso de métodos e técnicas estatísticas. Foi descritiva, de acordo com os objetivos que visaram “descobrir a frequência com que um fato ocorre [conhecer as possibilidades de aprendizagem para a práxis de uma gestão democrática], sua natureza, suas características, causas e relações” (p. 52) que podem criar possibilidades de participação de estagiários e da comunidade escolar nos processos de gestão. Para a coleta de dados foram utilizados os procedimentos de uma pesquisa documental, baseada em fontes materiais escritas a partir das quais as informações que se encontravam dispersas, foram organizados de acordo com os objetivos propostos, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

Teve como corpus documental 14 Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de licenciatura da UFSJ e 104 relatórios de Estágio Supervisionado em Gestão Educacional do Curso de Pedagogia. Eles passaram por uma avaliação preliminar para o reconhecimento: do contexto político de produção, considerada a legislação que regulamenta o período de formação; de autoria, se individual ou coletiva; de conceitos-chave de gestão democrática; e a lógica interna do texto, que traz argumentações indicativas sobre as concepções de gestão produzidas na formação inicial.

A análise documental tratou, como propõe Pierre Bourdieu [3] “de interrogar sistematicamente o caso particular, constituído em *caso particular do possível*” (p.3): o que é possível de ser concebido como gestão democrática em cursos de licenciatura? Pergunta gerada para que pudessem ser encontradas do corpus documental “as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida”.

O que é ofertado nos PPC à formação de professores e a práxis em Estágios Supervisionados se entrelaçam em campos de forças e campos de lutas, no sentido atribuído por Bourdieu no livro “Os usos sociais da ciência” [5]: “para conservar ou

transformar esse campo de forças" (p.23). Campo esse formado por agentes (individuais ou institucionais) que estabelecem relações de poder e, assim, criam espaços de ação e acabam por determinar o que os agentes podem ou não fazer, conforme o lugar que ocupam no campo, se estagiários ou profissionais da educação. Esta trama indica como os sujeitos concebem a participação na gestão educacional.

FORMAÇÃO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM LICENCIATURAS DA UFSJ

Atualmente a UFSJ oferece 13 cursos de licenciatura presencial: Ciências Biológicas, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Letras-Língua Inglesa e suas Literaturas, Matemática, Música, Pedagogia, Química e Teatro. Em Educação à Distância (EAD) é oferecida a licenciatura em Filosofia.

A atualização periódica dos Projetos Pedagógicos de Curso confirma sua adequação à legislação sobre educação e, no que tange ao conceito de gestão democrática, é apropriado em momentos diferentes pelo Curso de Pedagogia e pelas demais licenciaturas. Isso porque este conceito foi contemplado oficialmente na formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica, nas "Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia" [6] em 2006 e, para as demais licenciaturas, ele aparece somente em 2015, com as novas "Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior" [7]. Por isso o Curso de Pedagogia será analisado aqui, em separado. As Diretrizes de 2015, por sua vez, foram revogadas em 2019 com a homologação da "Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)" [8], a qual não apresenta o conceito de gestão democrática. Considerada a data de aprovação do PPC das 14 licenciaturas, eles não foram adequados à BNC-Formação.

Antes da homologação das Diretrizes de 2015 [7], O PPC do curso de licenciatura em História, de 2015 [9], apresenta o conceito de gestão educacional na unidade curricular (UC) "História da Política Educacional", por meio da qual propõe tratar dos fundamentos sociológicos, filosóficos, estéticos, econômicos e políticos que contextualizam a relação Educação-Estado-Sociedade, o que inclui "os paradigmas educacionais que impregnam a gestão educacional". Nessa, a perspectiva de gestão democrática está implicada apenas

na Bibliografia. Atualizado em 2019, O PPC do curso de licenciatura em História [10], por sua vez, aborda a gestão no sentido de envolver “a capacitação do docente para o exercício de funções administrativas e de gestão da estrutura educacional [...] tratadas como conteúdo transversal nas disciplinas ‘Políticas educacionais no Brasil’ e ‘Introdução ao ensino de História’” (p. 17). A primeira é ofertada por docentes do Departamento de Ciências da Educação (DECED), voltada ao contexto das “políticas públicas; organização do sistema de ensino no Brasil; a LDB 9394/1996 e a estrutura da educação brasileira; impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação” (p. 47). A segunda, é ofertada por docentes do Departamento de Ciências Sociais (DECIS), e trata da História como disciplina escolar, seu currículo e o poder no seu ensino. Assim, ambas possibilitam a concepção de gestão vinculada ao que tratam as políticas públicas educacionais e o ensino, não propriamente à dimensão participativa do professor e da professora.

No PPC do curso de Ciências Biológicas de 2015 [11], por sua vez, a UC “Estrutura de Ensino no Brasil”, ofertada por docentes do DECED, propõe o estudo da gestão escolar voltado para “a função social da escola e políticas públicas”, abrangendo o Projeto Político Pedagógico (PPP), o planejamento da organização escolar, o trabalho pedagógico coletivo (conselho de classe, reunião pedagógica, projetos temáticos, escola e comunidade). Sua Bibliografia perpassa o conceito de gestão democrática. Em atualização feita em 2020, a referida UC é substituída por “Gestão e Cotidiano Escolar”.

A UC “Gestão e Cotidiano Escolar” é ofertada por docentes do DECED, em PPCs atualizados após as Diretrizes de 2015, com Ementa e Bibliografia comuns a 11 licenciaturas, que contemplam o conceito de gestão democrática. São elas: Educação Física (2017); Letras-Língua Portuguesa e suas Literaturas (2018), alterado em 2020 para Letras; Letras-Língua Inglesa e suas Literaturas (2018), Geografia (2019), Matemática (2019), Música (2019), Química (2019), Teatro (2019) e Filosofia EAD (2020). Este é o teor de sua Ementa [12]: “A escola como espaço sociocultural. Cultura e cotidiano escolar: sujeitos, saberes, espaços, tempos e formas de organização. Autoridade e do poder nas relações escolares. Relação escola comunidade. Gestão escolar na perspectiva democrática. Projeto político pedagógico e Autoavaliação institucional (p. 38)”.

Os Objetivos desta UC indicam que ela abrange as possibilidades de formação inicial para a gestão democrática, estudada com as seguintes perspectivas: a escola, ao ser

caracterizada como espaço sociocultural, envolve todos os sujeitos, saberes, espaços, tempos e formas de organização. Abrange, assim, a dinâmica de seu cotidiano e as relações de poder voltadas para uma gestão participativa, com foco na autoavaliação da escola e no PPP, duas instâncias em que é desejável a participação de toda a comunidade escolar. Sua Bibliografia confirma esta possibilidade formativa.

Além da oferta da referida UC, o PPC do curso de licenciatura em Geografia [12] propõe relacionar a gestão escolar ao Estágio Supervisionado. A licenciatura em Educação Física oferta também a UC “Fundamentos e Didática da Educação Física” [13], com objetivo de “incentivar a participação do futuro professor na dinâmica, organização e gestão da escola” (p. 48).

O PPC do curso presencial de licenciatura em Filosofia [14], diferente do EAD referendado, abordada a gestão na UC “Ensino de Filosofia e Gestão Escolar” com a seguinte Ementa: “Discutir aspectos práticos da imersão na cultura e no ambiente escolar, fomentar a troca de experiência e a concepção de estratégias de ensino de filosofia a partir da realidade do ambiente escolar e os impactos da gestão escolar” (p. 105). A participação do professor na gestão fica subliminar nos Objetivos, como “a partir do contato e imersão na realidade do ambiente escolar; em especial, o ensino da filosofia e os seus condicionantes associados à gestão escolar” (p. 105). Sua Bibliografia Básica, por ser “definida conforme os conteúdos e atividades desenvolvidos pelos estudantes orientados nas suas práticas de Estágio Curricular Supervisionado” (p. 105), indicam possíveis apropriações de gestão em campo de estágio, mas não traz o conceito de gestão democrática. A Bibliografia Complementar indica a perspectiva de gestão como parte das políticas educacionais, não à práxis pedagógica.

Constata-se, ao analisar estes 13 PPCs de licenciaturas da UFSJ que, além de serem condizentes com a legislação sobre a formação de professores, atendem às exigências de formação inicial para o cargo de magistério da educação básica. As possibilidades de aprendizagem para a práxis de uma gestão participativa ficam evidentes naqueles cursos que ofertam a UC Gestão e Cotidiano Escolar e, ainda mais, quando oferecem outras UCs ou Estágios que vislumbram a participação do professor na gestão.

ESPECIFICIDADES DO CURSO DE PEDAGOGIA

A Pedagogia tem a peculiaridade de formar professores para atuação em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, como também especialistas em educação, conforme disposto na LDB [15], Art. 64: “A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação”.

De acordo com a dissertação de mestrado “Trajetórias discentes no curso de Pedagogia da UFSJ”, de Neuza Souza [16], o Curso de Pedagogia teve o PPC alterado em 2003 para atender as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena” [17], e a formação foi redirecionada para a docência e a Gestão Pedagógica.

Como já foi explicado, os princípios da gestão democrática passaram a fazer parte da estrutura do Curso somente com as “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de em Pedagogia” [6] e, em atendimento a elas, o PPC de Pedagogia da UFSJ foi novamente atualizado em 2010 [18]. Conforme sua organização curricular, o “Núcleo de Estudos Básicos” contempla componentes que “visam a aplicação de princípios de gestão democrática através da aprendizagem de planejamento, execução e avaliação, o trabalho didático em educação infantil, bem como o trabalho didático com conteúdos pertinentes aos primeiros anos do ensino fundamental” (p.10). Esse entendimento também está em consonância com as Diretrizes de 2015 [7], que dispõe sobre a “formação na área de políticas públicas e gestão da educação”. Por atender às suas principais exigências, inclusive quanto à sua carga horária, o PPC de 2010 [18] sofreu a única alteração de incluir a UC “Língua Brasileira de Sinais (Libras)”, pois todas as demais já eram contempladas.

As ementas de cinco unidades curriculares abordam diretamente aspectos inerentes a uma gestão participativa. A UC “Cotidiano Escolar”, ao propor a caracterização da comunidade escolar e sua organização formal e informal, abarca aspectos de autoridade e de poder, a divisão do trabalho e o papel da equipe técnico-pedagógica. Considera como formas de gestão a relação da escola com a comunidade. A UC “Gestão Educacional II” dispõe uma abordagem de conceitos, funções e princípios básicos da gestão por meio de contextualização teórica em conformidade com as tendências atuais, tendo como eixo a

construção partilhada do PPP nos diversos espaços de aprendizagem. Para isso, propõe o levantamento e a análise da realidade escolar: o PPP, o Regimento Escolar, o Plano de Direção, o planejamento participativo e os órgãos colegiados da escola. As UC de “Estágio Supervisionado em Gestão Educacional I e II” têm metade da carga horária em aulas teóricas e metade com práticas em campo; para essas, propõe a análise da instituição escolar e do seu PPP, orientações em elaboração de propostas alternativas vinculadas ao PPP da escola campo, a serem desenvolvidas junto com o professor supervisor de campo.

A UC “Gestão Educacional I”, por sua vez, explicita o conceito de gestão ao propor o estudo da gestão escolar em uma perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções dos profissionais envolvidos no trabalho escolar, o que engloba as atividades de administração, supervisão e orientação educacionais, com vistas à formação de uma liderança que incentive e sustente um ambiente propício para a construção de um cotidiano escolar dinâmico e coparticipativo.

A Bibliografia Básica e Complementar destas cinco UCs indicam os aspectos conceituais do que seja considerada a gestão democrática. Como, a partir de 2017, ficou prevista a adequação e a atualização da bibliografia às exigências da formação, essas foram feitas na UFSJ por meio de relatórios internos. Foi constatado por meio do relatório de 2023 que, em comparação ao PPC de 2010, aproximadamente 80% da Bibliografia das referidas UCs foram atualizadas conforme o avanço na produção científica que abrange este conceito. Também são encontrados na Bibliografia de outras UCs, títulos que fundamentam a importância da participação dos sujeitos como atuação de seres políticos.

Consta-se, ao analisar o PPC da Pedagogia, que as possibilidades de aprendizagem para a práxis de gestão participativa contemplam a formação inicial exigida para que as pessoas egressas ocupem o cargo de magistério do serviço público. Inclusive como Especialista em Educação Básica, a quem, de acordo com a Lei Estadual de Minas Gerais n. 15.293/2004, são atribuídas as funções de: supervisão do processo didático como elemento articulador no planejamento, no acompanhamento, no controle e na avaliação das atividades pedagógicas; atuar como elemento articulador das relações interpessoais internas e externas da escola; planejar, executar e coordenar cursos, atividades e programas internos de capacitação profissional e treinamento em serviço; exercer a orientação, o aconselhamento e o encaminhamento de alunos em sua formação geral e na

sondagem de suas aptidões específicas; exercer outras atividades integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola.

AS CONCEPÇÕES DE GESTÃO EDUCACIONAL EM RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO EDUCACIONAL DO CURSO DE PEDAGOGIA

Os relatórios de estágio supervisionado desenvolvidos após a atualização do PPC em 2010, que foram passíveis de análise, datam de 2019 a 2023, conforme a seguinte tabulação:

Tabela 1 - Quantidade de relatórios de Estágio Supervisionado em Gestão Educacional I e II desenvolvidos em instituições na região do Campo das Vertentes, por ano letivo

Ano	2019	2020	2021	2022	2023	SOMA
Quantidade	38	00	00	19	47	104

Fonte: Tabulação elaborada pela autora

Somam-se 104 relatórios produzidos, posto que os estágios não foram ofertados em 2020 e 2021 devido à suspensão das atividades presenciais em todos os campi da UFSJ, durante a pandemia da Covid-19, conforme a Resolução PROEN/UFSJ n. 002, de 17 de março de 2020 e a Portaria REITORIA/UFSJ n. 001, de 12 de março de 2021.

Os relatórios resultantes da UC Estágio Supervisionado em Gestão Educacional I apontam para a observação da realidade escolar e das atribuições dos profissionais da educação, e o II é voltado para a intervenção em campo, planejada junto com o pedagogo supervisor de campo e orientada pelo docente da UFSJ responsável por essas UCs.

Dentre as diversas instituições educacionais em que os estágios foram realizados estão escolas estaduais, municipais, particulares, creches, APAE, instituições filantrópicas, ONGs, centros educacionais e a Superintendência Regional de Ensino de São João Del-Rei.

As concepções de gestão democrática ou participativa identificadas nos textos dos relatórios revelam propriedade sobre o assunto. São apropriadas definições em citações de autores e autoras da Bibliografia Básica e Complementar das cinco UCs referendadas na

sessão anterior. Os mais citados são, em ordem alfabética: Heloisa Lück, Ilma Passos Alencastro Veiga, José Carlos Libâneo, Maria Socorro Lucena Lima, Paulo Freire, Selma Garrido Pimenta e Vitor Henrique Paro.

Como amparo legislativo são citadas a Constituição Federal (1988), a LDB (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013) e a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018). No mais, são mencionadas as disposições inscritas na Lei n. 11.788/2008, conhecida como Lei do Estágio.

Com base nos referidos autores, entre outros, e em documentos oficiais, os textos dos relatórios defendem que a gestão escolar seja coparticipativa na construção e organização de instituições para que atendam a realidade observada em campo de Estágio, em coerência com a perspectiva das ementas das cinco UCs supracitadas. Concebem como participação democrática: a escuta ativa de familiares e responsáveis legais de alunos de menor idade; o diálogo colaborativo entre todos os funcionários da escola; a elaboração coletiva do PPP; a colaboração em atividades curriculares e extracurriculares.

Consideram que a gestão das instituições educacionais é incumbida de muita responsabilidade, pois está em seu encargo práticas administrativas, pedagógicas e financeiras. Segundo os relatórios, para planejar, organizar e coordenar as instituições é necessário ter uma equipe ética e confiável. Os textos reconhecem que a função do magistério abrange aspectos burocráticos e afetivos, e lembram que é direito dos estudantes uma educação de qualidade. A complexidade do trabalho multifuncional de uma gestão escolar é reconhecida pelo compilado de relatos.

Há uma diversidade de realidades relatadas sobre as instituições educacionais de São João Del-Rei e região, em que a dinâmica de atuação da gestão é variável, seja de acordo com as formas de organização, as condições sociais dos estudantes, as atribuições dos profissionais da educação, as relações de poder cultivadas ou conforme a orientação sobre quem deve ser beneficiado no ensino público básico.

OS DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

O relato de pesquisa de Paulo Rodrigues e Joelma Faria, denominado “A gestão escolar na rede pública estadual de Minas Gerais” [19], demonstra que há perenidade no

processo participativo tanto nas escolas quanto nas Superintendências Estaduais de Ensino como também nas Secretarias Municipais de Educação. Os desafios apontados pelos pesquisadores indicam a importância de os licenciandos compreenderem o conceito de gestão democrática, no sentido de participação efetiva nas instâncias organizacionais e deliberativas das instituições de educação formal e não-formal, como os cursos da UFSJ vêm possibilitando. Isso posto, há que ser investigada a atuação de egressos destas licenciaturas e, considerado o *habitus* [3] acadêmico da atual formação, buscar saber quais escolhas possíveis que os egressos da UFSJ ocupam na estrutura do campo educacional. O que não é possível abarcar com os limites que as fontes desta pesquisa impôs, por estar voltada exclusivamente para o processo de formação inicial.

Os textos dos relatórios analisados indicam como sujeitos que compõem a escola: diretor, secretario, supervisor, coordenador pedagógico, profissional responsável pela biblioteca escolar, tesoureiro, profissional do setor financeiro, professor, gerente, pedagogo, auxiliar administrativo, auxiliar técnico e disciplinar, representante da equipe técnica, familiares dos alunos, voluntários.

Os textos apresentam diferentes posicionamentos, interesses, saberes e aprendizagens dos estagiários e estagiárias. Foi possível identificar que os estágios realizados entre observação e intervenção atravessam as experiências de seus autores, possibilitam reflexões sobre o Curso de Pedagogia e sobre o próprio Estágio. Trazem, por isso, as compreensões de organização escolar, mediação de conflitos e reflexões sobre o que é passível de melhoria.

Os desafios apresentados nos relatórios foram organizados durante a pesquisa em duas categorias de análise: desafios para a gestão da instituição campo e desafios encontrados durante o Estágio para a formação inicial de professores.

Sobre os desafios para a gestão da instituição campo foram apresentados os que dizem respeito às relações interpessoais entre os sujeitos da escola, à formação dos profissionais da educação, de infraestrutura e, ainda, de ordem político-ideológica que interferem em o reconhecimento social dos profissionais da educação.

Sobre os desafios para a formação inicial de professores, os relatos apontam que há restrição à proposta de intervenção do estagiário por parte dos supervisores em campo e o pouco tempo para o diálogo, consequentemente, para o aprofundamento de uma práxis em

gestão democrática. Os textos demonstram, com isso, que os estagiários reconhecem os problemas trabalhistas como também os problemas sociais que interferem diretamente na práxis gestora, os quais geram empecilhos para uma gestão democrática.

Os relatórios evidenciam a gestão democrática como princípio da atual legislação para a formação inicial de professores e, também, as muitas dificuldades para a participação dos sujeitos no *habitus* escolar. Demonstram, assim a apreensão da dinâmica social no interior do campo da educação formal e os limites da sociedade contemporânea à práxis democrática. O que indica a “inexperiência democrática” do povo brasileiro, expressão conceituada no livro de Paulo Freire, “Educação como Prática da Liberdade” [20], que explicita como a movimentação da sociedade ocorre ao longo das transições políticas e a dependência de mudanças profundas para que ela se efetive.

A burocracia do serviço público é vinculada nos relatórios com o aumento da sobrecarga de trabalho e, por isso, geradora de desânimo à participação dos profissionais, pois recebem uma demanda incoerente com a carga horária. Acrescentam-se a isso a má remuneração dos profissionais da educação básica, que desfavorece a qualidade do trabalho e debilita a saúde dos sujeitos.

As multitarefas a que são submetidos exige mais profissionais em exercício e a distribuição mais adequada de funções. Isso é perceptível em relatos que apresentam a constante dinâmica de atender eventualidades e contratemplos cotidianos que ocupam o tempo de quem está na escola, inviabilizando que outros serviços sejam finalizados.

Segundo a LDB [15] é papel das funções do magistério da educação básica, incentivar a participação social da comunidade, como disposto no Art. 12, inciso VI: “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Contudo, os relatórios indicam falta de abertura da gestão para a participação da comunidade e, em paralelo, a falta de conhecimento da comunidade sobre a possibilidade de participação. Entretanto, Vitor Paro, reconhecido estudioso da gestão educacional, explica no livro “Gestão democrática da escola pública” [21], que “se ela [escola] não inclui a comunidade, corre o risco de construir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária” (p.19).

Alguns relatórios, em contrapartida, apresentam a relação efetiva de profissionais com as famílias e responsáveis legais como um fator determinante para o sucesso do processo educativo, assim como determina a LDB [15] sobre o fortalecimento da participação em gestão. Mas Sílvio Militão, no artigo “A gestão democrática na legislação educacional nacional” [22], alerta que é preciso estar atento para que a participação nas decisões coletivas não sejam confundidas com a participação somente em execução de tarefas, como é prática usual.

A falta de financiamento adequado às necessidades das instituições educacionais, como anunciada nos relatórios, gera parcerias inadequadas. A precariedade ocasiona a busca de meios para contornar os obstáculos à efetivação de um trabalho pleno, o que pode culminar em coparticipação de entidades com objetivos outros, que não uma formação consciente e crítica dos estudantes. Vitor Paro [21] questiona se o problema da escola pública que temos é técnico (administração de recursos) ou político (falta de recursos por omissão do Estado).

Sílvio Militão [22], também alerta que a LDB, ao invés de regulamentar para a efetivação da gestão democrática, “acaba por postergar a sua efetivação ao remeter para os sistemas de ensino tal tarefa”. Isso posto, se a concepção de gestão democrática dos estudiosos aqui referendados é a efetiva participação de todos os sujeitos envolvidos com a educação, essa práxis fica ao encargo das interpretações desses sujeitos em prol de soluções para uma democracia factível.

Assumida a proposta de interpretação sobre o *habitus* acadêmico, na perspectiva de Pierre Bourdieu [3], foi possível reconhecer nesta pesquisa, o quanto e como o próprio campo da educação formal produz tanto possibilidades quanto limites à práxis de gestão democrática. Cada sujeito que atua na escola pública básica, a depender do lugar que ocupa – se profissional da educação, se assume ou não funções administrativas, se é familiar ou responsável legal de aluno de menor idade – é “tentado a investir naquilo em que pode e da forma como pode” (p. 31). Por isso pode ocorrer, como indica Elaine Pereira no artigo “O conceito de campo de Pierre Bourdieu” [23], a aceitação das normas, se for apresentada boa vontade em relação à cultura e às regras legitimadas no campo educacional, mas também pode haver contestação às regras e às posições, ou ainda, pode haver atitudes híbridas entre ambas as posturas. Se acatadas as condições necessárias à

prática da liberdade que Paulo Freire [20] defende, é necessária a consciência crítica para que o sujeito vislumbre possibilidades de escolha. Esta consciência se constrói por meio do reconhecimento de sua condição no mundo – social, política, trabalhista, econômica, étnico-racial, de gênero, de saúde etc. –, e da problematização de situações vivenciadas no lugar que ocupa nos campos em que atua. Assim, “o trabalhador social que opta pela mudança não teme a liberdade, não prescreve, não manipula. Mas, rejeitando a prescrição e a manipulação, rejeita igualmente o espontaneísmo” (p. 34), libertando-se.

CONCLUSÃO

A pesquisa documental possibilitou a organização dos textos contidos nas fontes selecionadas – Projeto Pedagógico de Curso de licenciatura e relatórios de Estágio em Gestão Educação da Pedagogia da UFSJ – em sua análise permitiu identificar as concepções de gestão democrática, as tendências epistemológicas nas quais se embasam, as possibilidades e os desafios à formação para a participação dos sujeitos na gestão do ensino básico.

Foi possível entender que a gestão democrática é estudada nas licenciaturas e analisada em campo de estágio supervisionado, com a perspectiva de os licenciandos aprenderem sobre:

1 – As formas de a equipe técnico-pedagógica trabalhar o compartilhamento da autoridade e do poder para que toda a comunidade possa usufruir da democracia. O que significa ter possibilidade de criação de performances, subjetividades e expressão de ideias para rompam as barreiras existentes na atualidade: preconceitos, exclusão social e hierarquia verticalizada;

2 – A formação de liderança na atuação em administração, supervisão e orientação educacional em uma perspectiva de coparticipação de todos os sujeitos da comunidade escolar;

3 – A elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas públicas com base na realidade de a comunidade atendida, com propostas que viabilizem a participação efetiva de todos os sujeitos da escola em todas as instâncias, desde a escrita do PPP, como

também do Regimento Escolar, do Plano de Direção, do planejamento de ações e dos órgãos colegiados da escola.

O cotejamento dos PPCs com a legislação sobre educação e com os estudos científicos sobre gestão viabilizou conhecer as implicações que as políticas educacionais têm para com a oferta de formação inicial de professores, sob a hipótese de que as alterações em documentos oficiais são cocriadoras de oportunidades e empecilhos para a formação de gestores participativos.

O relatórios de estágio demonstram que os desafios à gestão democrática das instituições de ensino envolvem sua infraestrutura, as relações interpessoais e o reconhecimento social dos profissionais da educação. Esses fatores corroboram os desafios à formação inicial de professores, pois as restrições de diálogo e, consequentemente, de entendimento entre as partes, geram restrições à proposta de intervenção de estagiários.

Eles discorrem também que, para superar tais desafios, toda a comunidade precisa se envolver – profissionais da educação pública, alunos da educação básica, familiares e responsáveis legais por alunos de menor idade, estagiários, entidades parceiras, gestores públicos – e assumir sua parcela de responsabilidade, a fim de propiciar uma convivência saudável em um ambiente que prime pela aprendizagem de todos os envolvidos.

O referencial bibliográfico apropriado nos textos de estagiários e estagiárias propicia a concepção de que, nas relações de disputas por controle e legitimação no interior do campo educacional, os sujeitos podem unir forças e empreender pressão social e política para a conquista de melhorias.

A pesquisa gerou o entendimento de que as unidades curriculares do PPCs de licenciaturas da UFSJ somadas às oportunidades de Estágio Supervisionado em Gestão Educacional em instituições da região do Campo das Vertentes, oferecem numerosas *condições sociais de possibilidade* para uma práxis de gestão democrática. Muito embora a conjuntura das instituições aponte diferentes posturas em gestão pública da educação, os estudantes do ensino superior têm possibilidade de se prepararem durante sua formação para enfrentar as funções da gestão de modo a colocar a democracia como precursora de seu trabalho.

A pesquisa também provocou questionamentos, direcionados aos egressos das licenciaturas: como exercitar uma gestão democrático-participativa com as comunidades escolares a fim de instigar a práxis cidadã? Afinal, o que deve ser priorizado e para atender a quais interesses?

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos membros dos diversos Comitês que trabalham e trabalharam na seleção de projetos, avaliação de trabalhos e na realização do XXII Congresso de Produção Científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ALVARENGA, E. Q. de; SILVA, E. M. da; OLIVEIRA, R. de F. A democracia deliberativa na gestão escolar do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais (Brasil): Um convite a novos olhares. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 31(35), 2023.
- [2] OLIVEIRA, A. C. P. de; PAES DE CARVALHO, C.; BRITO, M. M. A. de. Gestão escolar: Um olhar sobre a formação inicial dos diretores das escolas públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S. I.], v. 36, n. 2, p. 473–496, 2020, www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/99857. acedido em 13 de abril 2024.
- [3] BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- [4] PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do Trabalho Científico* [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

[5] BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

[6] BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 92, p. 11-12, 16 de mai. 2006, http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rccp01_06.pdf. acedido em 19 maio de 2024.

[7] BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 124, p. 8-12, 02 jul. 2015, www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2015. acedido em 18 de junho de 2024.

[8] BRASIL. *Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 156, n. 247, p. 115-119, 23 dez. 2019, www.abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2. acedido em 19 de setembro de 2024.

[9] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. *Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em História*. São João Del-Rei, 2015, www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cohis/PROJETO%20HISTORIA%20LICENCIATURA%20ULTIMA%20VERSAO%2001_12_2014.pdf. acedido em 27 maio 2024.

[10] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. *Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em História*. São João Del-Rei, 2019, www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cohis/PROJETO%20HISTORIA%20LICENCIATURA%20ULTIMA%20VERSAO%2001_12_2019.pdf. acedido em 27 maio 2024.

repositorio/File/cohis/Res036Conep2018_PPC_Historia_Licenciatura.pdf. acedido em 27 maio 2024.

[11] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. *Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*. São João Del-Rei, 2015, www.ufsj.edu.br/cobio/ppcs.php. acedido em 27 agosto de 2024.

[12] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. *Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Geografia*. São João Del-Rei, 2019, www.ufsj.edu.br/cogeo/projeto_pedagogico.php. acedido em 27 de abril de 2024

[13] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. *Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Educação Física*. São João Del-Rei, 2017, www.ufsj.edu.br/coefi/ppcs.php. acedido em 27 maio 2024.

[14] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. *Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Filosofia*. São João Del-Rei, 2018. www.ufsj.edu.br/cofil/projetos_pedagogicos.php. acedido em 27 maio de 2024.

[15] LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

[16] SOUZA, Neuza Maria Câmara de. *Trajetórias discentes no curso de Pedagogia da UFSJ: das expectativas iniciais às impressões finais*. 2021. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de São João Del-Rei, 2021.

[17] BRASIL. *Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 67, p. 31-32, 9 de abr. 2002, www.gov.br/mec/pt-br/cne/formacao-superior-para-a-docencia-na-educacao-basica. acedido em 18 de abril de 2024.

[18] UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. *Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Pedagogia.* São João Del-Rei, 2010, www.ufsj.edu.br/coped/projeto_pedagogico.php. acedido em 22 de maio de 2024

[19] RODRIGUES, P. H.; FARIA, J. P. de. A gestão escolar na rede pública estadual de Minas Gerais: tensões entre democracia e neoliberalismo - relato de pesquisa. Pouso Alegre/MG, *Dissol: discurso, sociedade e linguagem*, ano 9, n.º 20, p.213-p.227, jan-jun/2024.

[20] FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

[21] PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública* [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.

[22] MILITÃO, S. C. N. A gestão democrática na legislação educacional nacional: avanços, problemas e perspectivas. *Horizontes*, [S. I.], v. 37, p. e019007, 2019, www.revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/614, acedido em 30 abril de 2024.

[23] PEREIRA, E. A. T.. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337–356, 2015, www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816322015337. acedido em 30 de abril de 2024.